

GT 16. Universidad Latinoamericana: interpelaciones y desafíos

Título: Políticas públicas de democratização do ensino Superior no Brasil e as consequentes mudanças no perfil dos estudantes - desafios para a permanência

Leonardo Barbosa e Silva, barbosaesilva.leonardo@ufu.br, UFU, Brasil

Natália Cristina Dreossi Costa, nataliadreossi@gmail.com, UFU, Brasil

Resumo

Na década de 2000, no Brasil, o governo Lula/PT retomou os investimentos no ensino superior federal promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos campi. A interiorização dos campi também estimulou a expansão do Ensino Superior. O número de municípios com Ensino Superior da rede federal passou de 114 para 237. Somado ao esforço de expansão, percebeu-se também o de democratização do acesso representado pela promulgação da Lei Federal 12.711/2012 (Lei de Cotas) que reservou metade das vagas para discentes com origem em escola pública e autodeclarados negros e indígenas. São duas as perguntas que esta pesquisa deseja responder: a) primeiramente, qual impacto no perfil dos discentes das instituições federais de ensino superior, em especial da Universidade Federal de Uberlândia, tais políticas puderam produzir? B) e, caso se constitua um novo perfil, quais os desafios dele decorrente para a Universidade? Para responder às perguntas, nos valeremos das pesquisas de perfil desenvolvidas em 2014 pelo Fonaprace (ANDIFES). Pode-se constatar, dentre várias outras importantes descobertas, que hoje as universidades federais e a de Uberlândia particularmente, são mais populares e mais negras. Esta nova composição carrega consigo novas demandas por políticas de assistência estudantil ou políticas de permanência, impactando no volume e natureza dos recursos, constituindo desafios para a manutenção da expansão e para a democratização do ensino superior do país.

Palavras-chave: Expansão do Ensino Superior; Democratização do Ensino Superior; Assistência Estudantil.

Abstract

In the 2000s, in Brazil, the Lula / PT government resumed investments in federal higher education by promoting the expansion of vacancies, the creation of new institutions and the opening of new campuses. The internalization of the campuses also stimulated the expansion of Higher Education. The number of municipalities with higher education in the federal network increased from 114 to 237. In addition to the expansion effort, there was also the democratization of access represented by the enactment of Federal Law 12.711 / 2012 (Law of Quotas), which reserved half of the vacancies For students from public schools and self-declared blacks and Indians. There are two questions that this research wishes to answer: a) first, what impact on the profile of the students of the federal institutions of higher education, especially the Federal University of Uberlândia, could such policies produce? B) and, if a new profile is created, what challenges does it have for the University? To answer the questions, we will use the profile surveys developed in 2014 by Fonaprace (ANDIFES). It can be seen, among several other important discoveries, that today the federal universities and the one of Uberlândia in particular, are more popular and more black. This new composition carries with it new

demands for student assistance policies or policies of permanence, impacting on the volume and nature of resources, posing challenges for the maintenance of expansion and for the democratization of higher education in the country.

Keywords: Expansion of Higher Education; Democratization of Higher Education; Student Assistance

Introdução

O Brasil experimentou um importante movimento de expansão do sistema federal de ensino superior nos últimos anos. Foram novas instituições, mais cursos e vagas, novos critérios de acesso e uma política de permanência. Diante das transformações, foi possível detectar uma importante mudança no perfil discente. Este perfil, bem mais próximo da composição demográfica do país, traz consigo um conjunto de desafios para a permanência, isto é, para a assistência estudantil.

Assim, são dois os objetivos desta comunicação. Primeiramente, descrever o impacto no perfil dos discentes das instituições federais de ensino superior, em especial da Universidade Federal de Uberlândia, produzidos pelas políticas de expansão e democratização do acesso. E, posteriormente, apresentar os desafios decorrentes para a Universidade no campo da permanência.

Para tanto, se valerá das pesquisas de perfil desenvolvidas em 2014 pelo Fonaprace (ANDIFES) e dos dados do Censo da Educação Superior. Pode-se adiantar que, dentre várias outras importantes descobertas, que hoje as universidades federais e a de Uberlândia particularmente, são mais populares e mais negras. Esta nova composição carrega consigo novas demandas por políticas de assistência estudantil ou políticas de permanência, impactando no volume e natureza dos recursos, constituindo desafios para a manutenção da expansão e para a democratização do ensino superior do país.

Estes resultados preliminares derivaram de uma pesquisa em desenvolvimento do Observatório de Políticas Públicas, grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal de Uberlândia, intitulada “Avaliação das políticas de assistência estudantil da UFU: direito à educação e combate à evasão”.

Desenvolvimento

Tal como nos ensina Demerval Saviani (SAVIANI, 2010), desde sua origem até o final dos anos 1980, o ensino superior brasileiro foi marcado pela forte presença do Estado, seja na organização, seja na regulação. A partir dos anos 1950, o compromisso

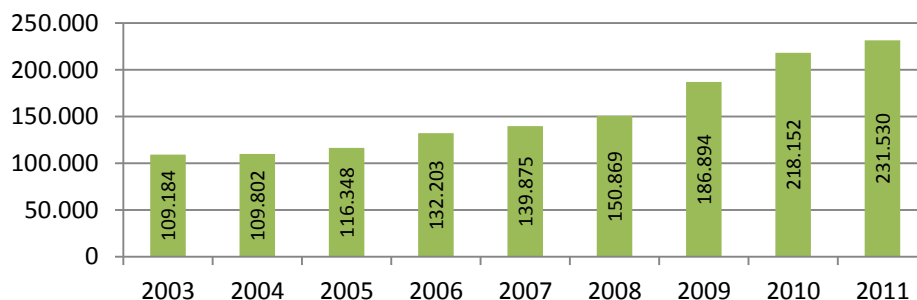
de superação do subdesenvolvimento deu ao sistema universitário brasileiro um perfil híbrido e assimétrico. Em sua dimensão pública, via-se restritivo e excludente em seu acesso e distribuído de modo a contemplar as regiões metropolitanas. Por seu turno, na dimensão privada, agraciada com incentivos especiais para seu crescimento e expansão (MARQUES & CEPÊDA, 2012).

Este modelo, viu-se preterido nos primeiros anos que sucedem a promulgação de nossa última Carta Magna, deixando cada vez mais espaço para o modelo anglo-saxão, em sua versão estadunidense, que intensifica os laços entre a produção universitária e as demandas do mercado. Durante a década de 1990, se pode perceber a paralisia do processo de expansão do ensino superior federal brasileiro e, ao mesmo tempo, o crescimento substancial das instituições privadas com ou sem fins lucrativos. Vitimada por uma perspectiva meramente fiscalista, a reforma do ensino superior empreendida nos anos 1990 voltou-se para a diversificação das fontes de financiamento, para a diversificação dos modelos de Instituições de ensino Superior, para a redução dos custos por estudante etc. De acordo com o mesmo Saviani, este processo sofreu alterações parciais já nos anos 2000, isto porque

Ao longo do governo Lula, se por um lado se retomou certo nível de investimento nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos *campi* no âmbito do Programa “REUNI”, por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o Programa “Universidade para todos”, o PROUNI, um programa destinado à compra de vagas em instituições superiores privadas, o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições (SAVIANI, 2010).

Em que pesem os traços privatistas mantidos recentemente, Saviani reconhece que os anos 2000 foram marcados por expansões de vagas e instituições. Os números podem ser atestados no próprio estudo realizado pela comissão constituída pela Portaria nº 126/2012, na qual se percebe um crescimento no intervalo proposto de mais de 100% de incremento no número de vagas ofertadas entre 2003 e 2011.

Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2011



Fonte: (MEC, Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012, 2012)

O crescimento do número de vagas tem relação direta com a abertura de novas instituições federais de ensino superior. Foram criadas 19 IFES no período de 2005 a 2013, contemplando as quatro regiões do país, tal como se pode atestar na tabela abaixo.

Instituições Federais de Ensino Superior criadas entre 2005 e 2013 no Brasil

Universidades	Sigla	Região	Criada em
1. Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	Sudeste	2005
2. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Sudeste	2005
3. Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	Sudeste	2005
4. Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	Nordeste	2005
5. Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	Sudeste	2005
6. Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	Sul	2005
7. Universidade Federal do ABC	UFABC	Sudeste	2005
8. Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	Centro Oeste	2005
9. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	Nordeste	2005
10. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSA	Sul	2008
11. Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	Sul	2008
12. Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Sul	2009
13. Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	Norte	2009
14. Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	Sul	2010
15. Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira	UNILAB	Nordeste	2010
16. Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	Nordeste	2013
17. Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	Nordeste	2013
18. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	Norte	2013
19. Universidade Federal do Cariri	UFCA	Nordeste	2013

Fonte (BRASIL, 2014)

Na tabela abaixo, o quantitativo de IFES é observado pelo recorte regional, bem como avaliado o crescimento em termos percentuais. Dela se depreende que, em geral houve um crescimento de 40% do número de universidades federais no país no intervalo temporal analisado, com percentual mais significativo na região Sul, seguida da região Nordeste. Em termos de novos campi abertos no mesmo processo de expansão, eram 148 em 2002, alcançando 321 em 2013, com crescimento de 116%. Em termos regionais, o Nordeste e o Norte lideraram a expansão.

Expansão da educação superior nas universidades federais – por região – 2002 - 2013

Região	IFES			CAMPUS		
	2002	2013	△%	2002	2013	△%
Norte	8	10	25%	24	56	133%
Nordeste	12	18	50	30	90	200%
Sul	6	11	83%	29	63	117%
Sudeste	15	19	27%	46	81	76%
Centro-oeste	4	5	25%	19	31	63%
TOTAL	45	63	40%	148	321	116%

Fonte: (BRASIL, 2014)

Movimento semelhante pode ser observado nos indicadores que apresentam a variação no quantitativo de cursos, vagas e matrículas. No que tange aos cursos, todas as regiões apresentaram um crescimento impressionante, com a ampliação superior a 100% em todas as regiões, exceto a região Norte. O mesmo raciocínio vale para as novas vagas abertas. Para o caso das matrículas, as regiões Sul, Sudeste e Nordeste capitaneiam a expansão.

Expansão de indicadores acadêmicos na educação superior - universidades federais – por região 2002-2013

Região	CURSOS			VAGAS			MATRÍCULAS		
	2002	2013	△%	2002	2013	△%	2002	2013	△%
Norte	478	714	49%	16.755	30.094	80%	76.779	128.228	67%
Nordeste	583	1.299	123%	33.587	75.052	123%	147.464	281.421	91%
Sul	286	951	233%	17.152	42.241	146%	75.985	157.206	107%
Sudeste	430	1.332	210%	32.509	71.502	120%	139.641	275.687	97%
Centro-oeste	270	571	111%	13.260	27.044	104%	60.590	89.721	48%

Fonte: (BRASIL, 2014)

De acordo com Cepêda e Marques (2012), esse movimento expansionista reflete o mergulho do país no novo arranjo político-econômico chamado “novo desenvolvimentismo”. Ele dá lugar de relevo aos investimentos em educação superior, cuja síntese pode ser visualizada num pacote de iniciativas, tais como

O aumento substantivo de vagas e instituições; a alteração da distribuição das IES na malha nacional e regional; a redefinição da relação entre formação-pesquisa-inovação e o papel da extensão; e o reconhecimento do problema do déficit social de acesso ao ensino superior por exclusão de grupos sociais vulneráveis e por desvalorização de diferentes valores culturais (MARQUES & CEPÊDA, 2012).

Deslocando o olhar do cenário nacional para o cenário local, perceberemos que Universidade Federal de Uberlândia acompanhou tais transformações, sendo sensível aos programas de expansão e aos novos modelos de ingresso no ensino superior.

Valendo-nos dos anuários da UFU¹, percebemos alterações significativas no número de cursos, matrículas e vagas, tal como retrata a tabela abaixo.

Número de cursos, matrículas e vagas para a UFU entre 2003 e 2015													
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Cursos	35	35	36	36	37	48	50	61	68	68	71	71	90
Matrículas	12.152	11.967	11.918	12.483	13.332	13.706	13.327	14.566	18.189	19.591	18.969	19.714	20.734
s													
Vagas	2.225	2.265	2.265	2.295	2.295	2.930	3.669	4.240	4.240	4.575	4.628	4.668	4.868

Fonte: (INEP, 2015; UFU, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

Os números acima comprovam um crescimento substancial do número de cursos, matrículas e vagas no período de expansão das IFES no Brasil. Em 2003 havia 35 cursos de graduação na UFU e em 2015 alcançaram 90, um crescimento de 157%. Por fim, em termos de vagas abertas, a Universidade Federal de Uberlândia saiu de 2.225 unidades, para 4.868, um incremento de 118%.

Todavia, uma expansão quantitativa em vagas e instituições, dada sua natureza das ações, carregaria consigo transformações também de ordem qualitativa. Deve-se ter claro, que os investimentos foram orientados para romper com a lógica pretérita e, em razão disto, buscou contrapor-se à concentração de instituições federais de ensino superior em regiões metropolitanas, de maior poder aquisitivo e maiores indicadores socioeconômicos. Com efeito, foram contempladas as regiões com grande densidade demográfica e baixa cobertura universitária pública, mais afastadas e com demandas específicas de cursos de licenciatura ou regiões de fronteira com características de integração e escoamento regional. Além disso, foram considerados os papéis de internacionalização e integração interna e externa ao distribuir espacialmente os campi. Merece nota a função desempenhada pela UNILA, UNILAB, UFFS e UFOPA (MARQUES & CEPÊDA, 2012).

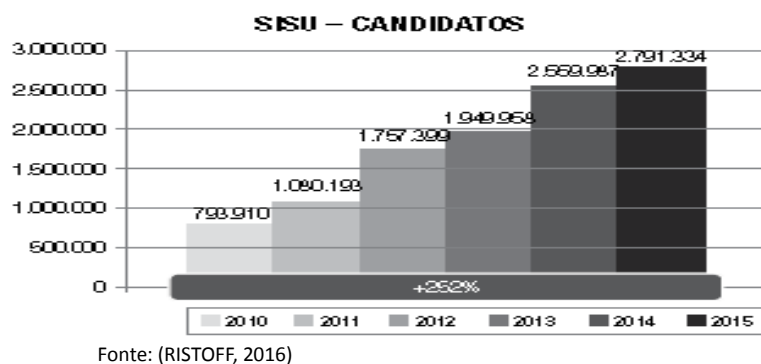
Por outro lado, as expansões quanti e qualitativa do ensino federal superior brasileiro foram acompanhadas pela utilização de novos mecanismos de recrutamento de discentes. No lugar dos tradicionais vestibulares, o governo federal implementou o Sistema de Seleção Unificada – SISU –, sistema informatizado que vale-se das notas obtidas por estudantes no exame nacional de Ensino Médio (ENEM) para alocar candidatos (as) em instituições credenciadas. Importa salientar que

Comparado ao tradicional processo seletivo do vestibular, no qual a seleção é realizada mediante a realização de uma prova por universidade, o SiSU

¹ Fonte bibliográfica inválida especificada., Fonte bibliográfica inválida especificada., Fonte bibliográfica inválida especificada., Fonte bibliográfica inválida especificada., Fonte bibliográfica inválida especificada., Fonte bibliográfica inválida especificada.

apresenta-se mais flexível já que o postulante a vaga tem a possibilidade de escolha de qualquer universidade pública que tenha aderido ao sistema no país, bem como de qualquer curso, bastando para isso ter obtido nota no ENEM que o qualifique (de Camargos, Gonçalves, & Júnior, 2014).

Pode-se imaginar que a janela de oportunidade apresentada pelo SISU a milhares de estudantes do ensino médio para que encontrem uma vaga em universidades de todo o país, significa um potencial importante de mobilidade territorial. Tal mobilidade tem o potencial de deslocamento também de toda a diversidade regional brasileira, transformando os campi em espaços mais diversos, ecléticos e complexos. Hoje o Sisu é um sistema que atrai um número de estudantes crescente tal como atesta o estudo realizado pela FLACSO e refletido na tabela abaixo.



Além do SISU, deve-se também dar destaque ao impacto da Lei Federal nº 12.711/2012, conhecida como lei de cotas, sobre as universidades federais. Em estudo realizado dois anos após a promulgação da lei, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA-UERJ) atesta que o caráter inclusivo da nova legislação é incontestável. Propondo uma razão entre o percentual de cotas estabelecidas nas universidades das várias regiões do país e a proporção de estudantes pretos e pardos em cada uma das instituições, o grupo criou um índice de Inclusão Racial. Para este índice, quanto mais o valor se aproximar de 1, mais significativa é a inclusão. Em 2012, as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentava índices de Inclusão Racial nas respectivas ordens de 0,18, 0,19, 0,14, 0,09 e 0,48. No ano de 2014, já com a vigência da Lei de cotas, os índices avançaram para os patamares, também respectivamente, de 0,37, 0,38, 0,44, 0,47 e 0,70 (DAFLON, JUNIOR, & CAMPOS, 2013).

Vê-se, portanto, que a implementação de cotas raciais e do SISU nas universidades alterou o quadro de composição social e racial dessas instituições. Entretanto, seria importante recorrer a pesquisas de perfil de discentes das IFES para,

primeiramente, atestar a mudança apontada e, em seguida, detalhar a natureza da mesma mudança. Para tanto, seria relevante recorrer às pesquisas de perfil discente realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE), órgão assessor da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Sabe-se que foram realizadas pesquisas desta natureza nos anos de 1996, 2003, 2010 e, recentemente, 2014. Esta carrega uma descrição mais fidedigna do objeto dada sua atualidade. Então, vamos aos resultados.

A IV Pesquisa de Perfil dos (as) Graduandos (as) das IFES (FONAPRACE/ANDIFES, 2016) apresenta-nos um cenário particular, recheado de inúmeros indicadores comprobatórios de que o ensino superior federal se tornou mais acessível, popular e inclusivo. Todavia, e pelas mesmas razões, gestores (as) públicos (as) têm diante de si a responsabilidade de fazer avançar este processo, superando os velhos níveis de desigualdade do país, dando as condições para que discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica possam gozar das mesmas oportunidades educacionais que seus colegas mais abastados, isto é, garantindo que a educação superior, tal como reza a Lei Federal 12.852/2013 (Estatuto da Juventude), seja um direito de todos.

Antes de tudo, as IFES são hoje mais negras. Em 2003, autodeclarados (as) brancos (as) somavam 59,4% da população dessas instituições, em 2010 esse índice caiu para 53,93% e em 2014/5 reduziu para 45,67%. Na tendência oposta, autodeclarados (as) pretos (as) têm crescido em participação nas IFES na respectiva cronologia de 5,9%, para 8,72% e 9,82%. Pardos (as), na mesma trajetória, foram de 28,3% para 32,08 e em 2014/5 para 37,75%. Em outras palavras, 47,57% dos (as) estudantes das IFES são negros (as). Em valores absolutos, quase triplicamos sua participação, comprovando o sucesso das políticas de democratização do acesso e das cotas.

Entretanto, ao que se pode constatar, além de enfrentar a questão racial no seu acesso, as Instituições Federais de Ensino Superior também o tem feito no aspecto da renda, uma vez que 66,19% de seus discentes vivem com renda per capita média familiar de até 1,5 salário mínimo, sendo que 31,97% vive com até 0,5 salário mínimo, e 21,96% vive com renda entre 0,5 e 1 salário mínimo. Dentro do perfil de vulnerabilidade social e econômica, os (as) discentes que vivem com até um salário mínimo representam 81,47%. Constata-se aqui um efeito explosivo e bem vindo das cotas sobre o ingresso daqueles que possuem níveis de renda mais baixos, que levou a

média de renda per capita dos discentes para R\$ 916,80, com destaque para a média das regiões Norte e Nordeste que não superam os R\$ 717,00.

Lembremos ainda que o corte de 1,5 salários mínimos é o mesmo que o Decreto do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) estabelece para cobertura de seu público alvo e em situação de vulnerabilidade social e econômica. Em outras palavras, dois de cada três estudantes encaixam-se no perfil vulnerável, um valor até 50% maior do que aquele registrado na pesquisa feita em 2010. Em que pese este cenário nacional, deve-se atentar também para o fato de que regionalmente as disparidades são ainda maiores, pois nas regiões Norte e Nordeste este percentual chega aos 76%.

Por outro lado, há enorme riqueza e diversidade no perfil encontrado, em boa medida reproduzindo outras lógicas de desigualdade para além das registradas para o marcador racial e renda. Falamos aqui das desigualdades de gênero. As IFES continuam fundamentalmente femininas, com 52,7% de seu público. No entanto com discrepâncias evidentes no que tange às suas rendas, ou seja, em média uma discente das IFES tem renda per capita de até R\$ 835,00, enquanto um discente auferi R\$ 1.007,00. Decompondo este quadro de renda pelo corte cor ou raça, percebemos que as estudantes pardas possuem renda per capita média mensal familiar de R\$ 695,00, enquanto autodeclaradas pretas R\$ 605,00, quilombolas R\$ 489,00, indígenas não-aldeadas R\$ 583 e indígenas aldeadas R\$ 463,00.

Salta aos olhos que as IFES, tal como toda a sociedade brasileira, reproduzem desigualdades raciais, de renda e de gênero. Tais desigualdades sempre implicarão dificuldades para aproveitar as oportunidades educacionais que as IFES oferecem, fazendo do direito à educação um privilégio. A não ser que políticas de assistência estudantil sejam capazes de diminuir as desigualdades de acesso às oportunidades. A comprovação é nítida quando observamos o perfil daqueles (as) que usufruem das oportunidades de mobilidade nacional e internacional. Há um claro recorte de renda e de sexo, pois a mobilidade internacional é masculina e de difícil acesso aos menos abastados. Da mesma forma, as atividades de pesquisa (PIBIC), Extensão, Ensino (PIBID) também são preferencialmente ocupadas por estratos de renda mais elevados. Isto posto, é missão urgente das IFES produzir políticas afirmativas, políticas de assistência estudantil que promovam equidades, criando condições internas de justiça e contribuindo para que o país também possa construir condições de existência mais democráticas.

Tal consideração está calcada na firme certeza de que as IFES desempenham um papel fundamental no processo civilizatório do país, constituindo, inclusive e dentre vários outros aspectos, como um importante mecanismo de promoção de justiça social. Os dados reforçam esta percepção, uma vez que 65,34% de nossos discentes já possuem nível de educação formal superior ao de suas mães e ainda maiores do que de seus pais. São jovens que representam esperança de mobilidade social para as famílias e maior justiça social para o país. O desafio posto é sua permanência e, na sequência, a conclusão do curso. No caminho outras dificuldades se apresentam, pois 11,78% de todos os (as) discentes das IFES possuem filhos, número mais expressivo na região Norte (19,73%), sendo que vários (as) deles (as) são obrigados (as) a deixar seus rebentos sozinhos (as), levarem para universidade, etc. Não por outra razão o PNAES possui a política de creche como um de seus eixos.

Outra dificuldade recorrente é a necessidade de trabalhar. Do universo pesquisado, 35,39% dos (as) discentes trabalha, com presença superior de discentes do sexo masculino e regionalmente mais expressivos no Sul do país. Em cruzamento com o número de horas dedicadas ao estudo, conclui-se que trabalhadores (as) dedicam um número menor de horas e normalmente possuem jornadas de trabalho diárias superiores a 20 horas. Isto significa que o trabalho ocupa uma parte significativa das horas semanais, concorrendo com o estudo e, obviamente comprometendo a formação discente.

Outra constatação importante diz respeito à origem escolar do público pesquisado. Deve-se ter claro que a maioria (60,16%) fez toda sua trajetória da educação básica integralmente na rede pública, destacando que quanto mais recente for o ingresso, maiores são os valores alcançados, sendo que aqueles (as) que ingressaram após 2013 já correspondem a 64,53% de estudantes com vida escolar exclusiva em instituições públicas.

Todavia, há discrepâncias relevantes a serem destacadas, pois a clivagem racial demonstra uma relação direta entre cor da pele e origem escolar, comprovadas pelo quantitativo de 68% de pardos, 75,6% de pretos não quilombolas, 78,3% de pretos quilombolas, 66,9% de indígenas não aldeados e de 85,7% de indígenas aldeados cuja origem escolar está vinculada absolutamente às escolas públicas. Deve-se reconhecer que, para além de políticas afirmativas para negros e indígenas, as políticas de permanência para remanescentes de quilombos e indígenas aldeados merecem destaque no rol das ações de assistência estudantil.

No tocante à qualidade de vida, o público pesquisado apresenta um perfil preocupante. Aproximadamente 61% dos (as) discentes das IFES é sedentário (a), não realizando atividades físicas ou limitando-as às frequências inferiores a uma vez por semana. Deste percentual de sedentarismo, as mulheres são majoritárias. As razões que explicam o sedentarismo podem ser diversas, mas a própria pesquisa sinaliza que 33% dos (as) pesquisados (as) acusam que as IFES não possuem as condições para a prática de esporte ou lazer. As implicações para a permanência, para o desempenho acadêmico, para a ambientação, para o bem estar e a qualidade de vida, são muitas. Preocupa-nos, portanto, a sua saúde.

Quando perguntados se procuram o serviço de saúde, mais de 60% ou nunca procura ou somente o faz em casos de extrema necessidade, sendo que mulheres procuram mais do que os homens e estratos com renda inferior procuram menos. Trata-se de um público que, em pelo menos 30% de seu conjunto, fez ou faz uso de medicação psiquiátrica, apresentando dificuldades emocionais para desempenhar suas atividades acadêmicas (80%), sendo que quase 60% sofre de ansiedade, quase 20% de tristeza persistente, 10% medo ou pânico, 32% insônia, 6% ideia de morte e 4% pensamento suicida.

Ainda no tocante à qualidade de vida, interessava saber quais dificuldades impactam mais decisivamente sobre a permanência e o desempenho acadêmico do corpo discente. Percebeu-se na pesquisa que as dificuldades financeiras respondem pelas dificuldades acadêmicas de 42% dos (as) discentes, seguidas pela carga excessiva de trabalhos estudantis (31,14%), da falta de disciplina de estudo (28,78%), relação professor-estudante (19,8%), dificuldades de aprendizado (16,22%), dentre outras. Importa notar que 2,1% (quase 20 mil estudantes) destacou que a violência física sofrida tem impactado em seu rendimento acadêmico, assim como a violência sexual (1,07% ou mais de 10 mil estudantes) e as discriminações e preconceitos (9,76% ou 91 mil estudantes). Aqui importa salientar que a assistência estudantil, para além da pecúnia, teve, tem e terá um papel fundamental no acompanhamento psicossocial e pedagógico no apoio educacional destas frações que, por diversas razões, percebem dificuldades acadêmicas.

Desafios da Assistência Estudantil

Chama-se de assistência estudantil, o

conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FONAPRACE/ANDIFES & PROEX/UFU, 2012)

Desde 2007, o Brasil regulamentou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com o fito de garantir política de permanência, combate às desigualdades e gozo ao direito à educação. O PNAES, em suas dez áreas², tem recebido recursos crescentes até 2016, com recuo somente no ano de 2017.

Tabela com a evolução orçamentária do PNAES IFES e UFU 2008 a 2016

Ano	PNAES NACIONAL	Δ%	PNAES UFU	Δ%
2008	R\$ 125.300.000,00	-	R\$ 3.206.341,00	-
2009	R\$ 203.000.000,00	62,01%	R\$ 5.187.295,00	61,78%
2010	R\$ 304.000.000,00	49,75%	R\$ 8.225.482,00	58,57%
2011	R\$ 395.189.588,00	30,00%	R\$ 8.654.745,00	5,22%
2012	R\$ 503.843.628,00	27,49%	R\$ 11.896.909,00	37,46%
2013	R\$ 603.787.226,00	19,84%	R\$ 12.349.559,00	3,80%
2014	R\$ 742.720.249,00	23,01%	R\$ 15.098.946,00	22,26%
2015	R\$ 895.026.718,00	20,51%	R\$ 20.324.596,00	34,61%
2016	R\$ 1.030.037.000,00	15,08%	R\$ 22.451.358,00	10,46%

Fonte: LOA. Elaboração própria.

Este crescimento orçamentário tem sido acompanhado pela ampliação da cobertura da proteção social no interior das IFES. O caso específico da Universidade Federal de Uberlândia é ilustrativo ao apresentar um número de estudantes cobertos em 2009 de 1703 (9,8% do total), chegando a 4206 (15,6% do total) em 2015, de acordo com o Censo da Educação Superior (INEP, 2015). Não obstante a cobertura seja crescente, deve-se ter em mente que 66,19% dos discentes das IFES estão incluídos no público alvo das políticas de assistência estudantil, expressando uma defasagem de 50 pontos percentuais para que a cobertura atingisse todas as pessoas que dela necessitam.

Não há muita dúvida de que as políticas de permanência produzem resultados importantes na vida estudantil. Novamente de acordo com o Censo, é possível perceber

² Moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

que a estudantes cobertos possuem maior vínculo, menos matrículas trancadas e maior percentual de formados.

Tabela com situação acadêmica de discentes sem e com Assistência estudantil da UFU em 2015

Situação acadêmica	Sem AE	Com AE	Total
Cursando	69,2%	80,6%	71,0%
Matrícula Trancada	13,7%	2,9%	12,0%
Desvinculado	3,1%	1,3%	2,8%
Transferido	1,0%	1,8%	1,1%
Formado	13,0%	13,4%	13,1%
Falecido	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: (INEP, 2015). Elaboração própria

Da mesma forma, também se tem como certo que a cobertura permite aos discentes acessar oportunidades acadêmicas que as desigualdades sociais normalmente privam. Entretanto, os dados têm revelado que tais estudantes ocupam relativamente mais vagas nos programas como PET, Iniciação Científica, Monitoria e Extensão. A tabela abaixo revela que 20,6% dos estudantes cobertos se envolvem com atividades extracurriculares, enquanto 11,5% dos estudantes sem cobertura possuem o mesmo envolvimento.

Tabela: Percentual de estudantes com envolvimento com atividades extracurriculares sem e com Assistência estudantil na UFU em 2015.

Atividade Extracurricular	Sem AE	Com AE	Geral
Não desenvolve Atividade Extracurricular	88,5%	79,4%	87,1%
Desenvolve Atividade Extracurricular	11,5%	20,6%	12,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: (INEP, 2015). Elaboração própria

Nesse sentido, investir em assistência estudantil não só garante mais permanência e mais diplomação, como também contribui para uma formação qualificada. Entretanto, é objeto de preocupação a incapacidade de compatibilizar a oferta da política com a demanda do novo perfil. Caso se observe a cobertura exclusivamente sobre estudantes que ingressaram via reserva de vagas destinadas a discentes oriundos de escolas públicas, autodeclarados negros ou com perfil de renda de até 1,5 salários mínimos, será possível constatar a grandeza do desafio para o PNAES.

Tabela: Valores absolutos e percentuais de estudantes cotistas da UFU, por modalidade de cota, sem e com assistência Estudantil na UFU em 2015

Reserva de vagas	Sem AE	Com AE	Total
Não cotistas #	19.358	3.064	22.422
Não cotistas %	86,30%	13,70%	100,00%

Cotistas #	3.245	1.142	4.387
Cotistas %	74,00%	26,00%	100,00%
Cotistas por renda#	1308	827	2135
Cotistas por renda %	61,30%	38,70%	100,00%
Total #	22.603	4.206	26.809
Total %	84,31%	15,69%	100,00%

Fonte: (INEP, 2015). Elaboração própria

De maneira geral, dos mais de 60% de discentes que fariam jus à cobertura do PNAES, somente 15,69% possuem. Dentre a totalidade dos cotistas, são 26% cobertos. E dentre a totalidade dos cotistas que entraram pela modalidade de renda, a cobertura sobre para 38,7%, ainda muito distante do que se vê como necessário.

Conclusão

Como se pode perceber, o novo perfil discente das IFES, em geral, e da UFU, em particular, ampliaram quanti e qualitativamente o público alvo das políticas de assistência estudantil. Tem-se hoje uma universidade está mais popular e mais negra. Dentro das IFES ainda operam com vigor as desigualdades de renda, de gênero e racial, carecendo de políticas de assistência estudantil para garantir permanência e formação qualificada. Infelizmente, os dados apontam que elas são insuficientes para atingir toda a demanda criada pelo processo de democratização do acesso. Caso o governo não amplie a cobertura da política de assistência estudantil, corre-se o risco de assistirmos a ampliação do fenômeno da evasão.

Bibliografia:

- BRASIL. (2014). *A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014* (p. 106). Brasília. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192
- DAFLON, V. T., JUNIOR, J. F., & CAMPOS, L. A. (2013). Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de pesquisa*, 43(148), 302–327.
- de CAMARGOS, A. J., GONÇALVES, R. M. L., & JÚNIOR, A. C. B. (2014). Políticas Públicas de Democratização do Acesso ao Ensino Superior: A Utilização do

- SiSU na UFV-CRP. *Revista Brasileira de Educação e Cultura| RBEC| ISSN 2237-3098*, (9), 63–88.
- FONAPRACE/ANDIFES, & PROEX/UFU. (2012). *Revista Comemorativa 25 Anos : histórias, memórias e múltiplos olhares*. Uberlândia: EDUFU.
- INEP. (2015). *Censo do Ensino Superior 2015*. Brasília: MEC.
- MARQUES, A. C. H., & CEPÊDA, V. A. (2012). Perspectivas : Revista de Ciências Sociais. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 42(0), 161–192.
- RISTOFF, D. I. (2016). Democratização do Campus: impactos dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. *GEA*, (9). Recuperado de http://flacso.org.br/files/2017/03/Caderno_GEA_N9_Democratização-do-campus.pdf
- SAVIANI, D. (2010). Poiesis pedagógica. *Poiesis Pedagógica*, 8(2), 4–17.
- UFU. (2010). *Anuário 2010 - Ano Base 2009* (Anuário) (p. 225). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Coordenação Geral da Diretoria de Planejamento.
- UFU. (2011). *Anuário 2011 - Ano Base 2010* (Anuário). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Coordenação Geral da Diretoria de Planejamento.
- UFU. (2012). *Anuário 2012 - Ano Base 2011* (Anuário) (p. 151). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Coordenação Geral da Diretoria de Planejamento.
- UFU. (2013). *Anuário 2013 - Ano Base 2012* (Anuário) (p. 194). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Coordenação Geral da Diretoria de Planejamento.

- UFU. (2014). *Anuário 2014 - Ano Base 2013* (Anuário) (p. 284). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Coordenação Geral da Diretoria de Planejamento.
- UFU. (2015). *Anuário 2015 – Ano Base 2014* (Anuário) (p. 260). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Coordenação Geral da Diretoria de Planejamento.
- UFU. (2016). *Anuário 2016 - Ano Base 2015* (Anuário) (p. 248). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Coordenação Geral da Diretoria de Planejamento.